

A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas

Tadeu Alencar Arrais

Resumo

O artigo analisa as relações entre os espaços regionais e a cidade, tendo como ponto de partida a idéia de que os processos espaciais responsáveis pela integração de cidades e regiões demandaram, nos últimos anos, a busca de novos conceitos, como o de “cidade-região”. No primeiro momento, analisamos a questão da escala de análise como problema-chave, mas que deve estar diretamente relacionado à noção de ação. No segundo momento, a reflexão voltou-se para o processo de integração entre cidades e regiões, culminando com uma curta reflexão sobre o papel das cidades-médias. Em seguida, elaboramos uma reflexão sobre o conceito de “cidade-região”, alertando para a matriz política do conceito, assim como para algumas de suas imprecisões conceituais. Com isso, terminamos o artigo levantando preocupações sobre a adoção de conceitos que reforçam, em muitos casos, determinadas hierarquias espaciais.

Palavras-chave: cidade; região; cidade-região; política; escala.

Abstract

The present paper analyzes the relations between regional spaces and the city, supported by the notion that spatial processes responsible for the integration of cities and regions have demanded the emergence of new concepts in recent years, such as the concept of “city-region”. Firstly, we focus on the question of scale analysis as a key problem which must be directly related to the notion of action. Secondly, we turn to the integration process between cities and regions and subsequently provide a brief discussion on the role played by medium-sized cities. This is followed by an analysis of the concept of “city-region”, highlighting its political matrix as well as some conceptual inaccuracies. We conclude this paper by stating our concerns about the adoption of concepts which often reinforce certain spatial hierarchies.

Keywords: city; region; city-region; political; scale.

De resto, o que é uma “região ganhadora”? Uma região que se afirma (do ponto de vista dos empregos, das riquezas, da arte de viver) pela sua própria atividade ou uma região que vive à custa das que perderam até mesmo de uma parte de seus próprios habitantes? Será a hierarquia das regiões a constatação de um êxito desigual (porventura provisório) ou a causa das vantagens de que desfrutam as primeiras, que seriam então os centros de uma periferia?

Benko e Lipietz. *O novo debate regional* (1994, p. 5)

A questão da escala de análise: conhecimento e ação

Em um texto clássico da geografia regional, Kayser (1980, p. 283) escreveu o seguinte: “O espaço polarizado que se organiza em torno de uma cidade é uma região”. No artigo, o geógrafo destacou a força centrípeta exercida pela cidade, que ocorreu em função da progressiva concentração espacial de bens e serviços e dos meios de produção que interferem na dinâmica econômica regional. Essa linha de raciocínio não é nova e foi motivada, em grande parte, pelo reconhecimento de processos socioeconômicos que romperam os limites jurídico-administrativos do que convencionalmente chamamos de cidade. Gedds (1994, p.48), observando o espaço regional londrino no início do século XX, escreveu o seguinte:

Essas cidades-região, essas cidades-agrupamento pedem um nome. Não podemos chamá-las constelações; o vocábulo conglomeração parece mais próximo da realidade presente, mais ainda é pertinente. E conurbações? Essa talvez seja a palavra necessária, a

expressão dessa nova forma de agrupamento demográfico, que já está, subconscientemente, desenvolvendo novas formas de agrupamento social, e, em seguida, de governo e administração bem definidos.

A constatação de Gedds (1994) remete à questão da correspondência entre a escala de análise e a escala de ocorrência dos processos socioespaciais. Tradicionalmente, as duas escalas mais comuns na análise urbana foram a intra-urbana e a urbano-regional, esta última também compreendida como metropolitana.¹ Se admitirmos a escala como “um ponto de vista do conhecimento”, como escreveu Revel (1998), então essa discussão não se reduz ao recorte espacial determinado *a priori*, seja pelo pesquisador, seja por aqueles que conduzem as políticas governamentais. Dessa forma, esse debate não pode passar a margem da resposta à duas questões:

- Existem processos socioeconômicos urbanos que interferem na organização do espaço regional?
- Existem processos socioeconômicos regionais que interferem na organização do espaço urbano?

Se admitimos, em qualquer que seja a latitude, falar em espaço urbano-regional é porque a resposta às questões colocadas é positiva. Vejamos o exemplo do mercado de trabalho. A oferta de emprego em Goiânia, por exemplo, é determinada por um conjunto de fatores, dentre os quais a concentração de serviços, comércio, indústrias, fator estimulado pela sua condição de capital. É através da oferta de emprego, serviços e bens de consumo duráveis e não duráveis que Goiânia se relaciona com os demais municípios de sua região. Essa oferta atinge de diferentes maneiras o espaço urbano de Goiânia e o espaço urbano dos demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia. Em Goiânia, a oferta de emprego interfere, entre outros pontos, na economia da cidade, gerando renda e tributos que podem ser revertidos para políticas de infra-estrutura urbana, moradia, programas sociais, custeio da máquina governamental e pagamento do funcionalismo. Já para os demais municípios, a oferta de emprego em Goiânia estimula o deslocamento diário de pessoas e a conseqüente drenagem de renda para a capital, já que os gastos diários dos trabalhadores, bem como parte dos impostos dos empregadores são recolhidos na base territorial da capital.² Nesse caso, o emprego da terminologia urbano-regional é plenamente justificável.

Não se trata, pois, de hierarquizar as escalas, mas de ter a clareza de que são um ponto de partida para o reconhecimento de processos sociais materializados no espaço urbano-regional. Na discussão sobre a escala, o que está em questão é a ação. Essa ação não é casual. Ao contrário, por isso Raffestin (1993) fala da ação como programa. Essa ação influencia a distribuição das pessoas

e dos recursos, por isso é relacional. E essa ação poder ser traduzida no movimento pendular de milhares de pessoas, evidência incontestável da integração dos espaços urbano-regionais ou mesmo da ação das firmas e corporações. A ação também é colocada em relevo nas interpretações acadêmicas que procuram classificar e hierarquizar as diversas formas espaciais, a exemplo das inúmeras tipologias de cidades existentes. Essa ação também é produto dos interesses governamentais, que muitas vezes se encontram presos aos recortes territoriais administrativos. Assim, quando pensamos em escala, estamos no referindo à escala de ação, o que implica dizer que seu limite corresponde ao limites das ações dos diversos atores sociais no espaço urbano-regional.³

A cidade e a região: reconhecer processos

Para compreender os laços entre as cidades e as regiões, é preciso considerar a relação entre a sociedade e o território, atentando, especialmente, para o processo de urbanização. Ao partir desse pressuposto, podem-se estabelecer diferenças entre o processo de constituição de um dado território e a importância das cidades, tal qual já fez Santos (1982, 1996). No Brasil, em 2000, existiam 5.507 municípios e um número equivalente de cidades. A diferenciação entre esses municípios vai muito além da toponímia. Em 2000, na região Norte, a média de área dos municípios foi de 8.582,02 km², sendo que, no Amazonas, estado com maior área proporcional dos municípios, a média foi de 25.334,60 km². Já na região Sudeste,

a média de área dos municípios, no mesmo ano, foi de 554,92 km² e, no Centro-Oeste, 3.601,72 km² (IBGE, 2000b). Em relação à população, considerando o mesmo ano, as diferenças se invertem, já que as regiões Sudeste e Sul são igualmente as mais populosas e as mais fragmentadas. A simples correlação entre área, população e o número de municípios dá idéia da complexidade dos recortes municipais e regionais brasileiros e dos desafios políticos e interpretativos.

A análise dessas diferenças são determinantes para a compreensão das relações entre as cidades e as regiões. Imperatriz, no Maranhão, com população em 2007 de 229.671, é um exemplo típico. Sua área de abrangência é muito mais elástica do que os seus 1.368 km² (IBGE, 2007). Essa cidade exerce influência na região do Bico do Papagaio, assim como no Sul do Maranhão. A oferta de emprego, a pujança do setor atacadista, a concentração de serviços ligados à saúde e educação, além do suporte às atividades agrícolas dos municípios da região, tornam essa cidade um típico pólo regional. Mas essa não é apenas uma realidade do Sul do Maranhão, uma vez que ocorrem processos semelhantes em vários estados, a exemplo de Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí, Ceará, entre tantos outros. Cidades como Imperatriz se enquadram, do ponto de vista demográfico, em um hiato existente entre os ambientes tipicamente metropolitanos e uma imensidão de cidades pequenas, cuja população é inferior a 20.000 habitantes. Assim, as denominadas cidades médias, que no primeiro momento foram definidas pelo critério demográfico, começam a exigir novas formas de interpretação que incluam, especialmente, o espaço regional. Amorin Filho e Rigotti (2002, p. 10) destacam:

Deve-se lembrar, ainda, que apenas um critério arbitrário como o volume populacional pode implicar consideráveis modificações durante um dado período de tempo, haja vista a frequência relativamente alta com que as cidades podem ascender ou descender na hierarquia do tamanho demográfico. Este é o caso, especialmente, das cidades médias, pois muitas vezes elas possuem os requisitos para a criação e desenvolvimento de pólos tecnológicos e também se mostram como alternativa a excessiva concentração industrial das regiões metropolitanas, fatores que normalmente atraem a população.

Ainda podemos destacar dois pontos. A questão da densidade do território, o que significa que uma determinada cidade, independentemente do número de habitantes, pode ter maior capilaridade regional que outras, de maior tamanho populacional. Outra questão é a associação, nos termos uma política territorial, da cidade média às políticas de intervenção regional ligadas aos tradicionais pólos de desenvolvimento, cuja origem remonta à política francesa de *aménagement du territoire*.⁴

A partir dos pontos levantados, aparece uma questão interessante. Tradicionalmente, tanto na compreensão acadêmica quanto nas políticas governamentais, foi destinada maior atenção aos arranjos metropolitanos, o que pode ser comprovado pela revisão do percurso histórico das regiões metropolitanas brasileiras. Nesse caso, o destaque não se dava pela abrangência territorial, mas pela concentração demográfica, uma vez que essas regiões sempre abrigaram porção significativa da população brasileira,

além de destacado peso na composição do PIB nacional. Já no caso das assim chamadas cidades médias ou mesmo das pequenas cidades dispersas no território em manchas descontínuas, a preocupação, tanto em relação às políticas quanto em relação à reflexão acadêmica foi menor. É como se o processo de urbanização, cuja marca registrada data da década de 1970, não fosse a expressão da integração econômica desse imenso território pontilhado de cidades pequenas e médias. Foi assim que a chamada transição demográfica ofuscou a visão mais global do território.

E hoje, como podemos problematizar as relações entre as cidades e as regiões?

A primeira questão é tentar fugir da hierarquização. A representação cartográfica dos estudos da REGIC (Região de Influência de Cidades, IBGE, 2000), por exemplo, é ilustrativa da hierarquia urbana. Estudos como esse carregam uma tradição que remonta à teoria dos lugares centrais de Christaller, cujo núcleo está na idéia de centralidade que, por sua vez, deriva da função da cidade. Olhando atentamente, além da hierarquia, a riqueza desses estudos está no fato de revelarem arranjos territoriais distantes da narrativa metropolitana, especialmente em países com as dimensões territoriais do Brasil. Entretanto, pela natureza metodológica-quantitativa desses trabalhos, o impacto no espaço intra-urbano foi minimizado. A noção de “zoneamento morfológico funcional”, proposta por Amorin Filho (2005), procura associar os impactos da dinâmica regional no espaço urbano (morfologia), sem desprestigiar a dinâmica regional (funcional).⁵

A segunda questão é que os desafios políticos na gestão dessas cidades são tão

complexos quanto aqueles presentes nos arranjos metropolitanos. E não se trata, apenas, de administrar o desafio demográfico, tal como foi colocado na agenda de intervenção metropolitana, que privilegiou historicamente as políticas para habitação e mobilidade. Muito embora as cidades médias não apareçam com frequência na mídia, problemas como mobilidade e acessibilidade urbana, violência urbana, déficit habitacional, pouca oferta de serviços de educação e saúde, saneamento básico, desemprego, concentração de renda, também são freqüentes em cidades como Imperatriz, Anápolis, Catalão, Montes Claros, Mossoró etc., e tantas outras espalhadas pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro.

A cidade-região: construir políticas

O interesse pela compressão das novas dinâmicas territoriais, especialmente aquelas que derivam da estruturação do espaço urbano-regional, tem despertado interesse de diversas áreas do conhecimento. Em linhas gerais, a análise da literatura aponta que os arranjos territoriais, que de alguma forma são adjetivados de “cidades-regiões”, são resultados do período de acumulação flexível, das transformações do sistema fordista e das novas tecnologias que se transformaram em fator de produção. Harvey (1996, p.140) escreve:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto em regiões geográficas, criando,

por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como “Terceira Itália”, Flandes, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

O que Harvey (1996) e outros estudiosos manifestam é a territorialização das transformações contemporâneas em espaços específicos que são, via de regra, adjetivados de regiões. Esse ponto de partida pode ser averiguado de diferentes formas em Harvey (1996), Scott et al. (2001), Friedmann (1997), Benko e Lipietz (1994). Os processos descritos por Harvey (1996) ocorrem em diferentes formações regionais, como a européia e a norte-americana e também com diferentes conteúdos, sejam metropolitanos, foco do estudo de Scott et al. (2001) ou envolvendo núcleos urbanos menores, como na Terceira Itália.⁶ Mas a questão que permeia a reflexão não passa por apenas reconhecer a existência de processos econômicos que integram cidades e regiões. Agnew (2000, p. 106) coloca a questão da seguinte forma:

A questão é que essas regiões raramente coincidem com as regiões político-institucionais. Portanto, há um déficit político na capacidade das cidades-regiões administrarem seus negócios. O Estado ainda controla a maior parte das alavancas das políticas e planos de ação.

O foco do debate sobre as “cidades-regiões” passa a ser, desse modo, político

e isso serve para diferentes formações regionais, especialmente porque a integração econômica tornou os problemas (degradação ambiental, falta de saneamento básico, desemprego, carência de infra-estrutura urbana, etc.) mais visíveis. É o fato político, a necessidade de reconhecer/estimular respostas para além da escala municipal, que justificaria, teoricamente, falar em “cidade-região”. Seguindo esse raciocínio, Scott et al. (2001) enxergam um mundo pontilhado de “cidades-regiões-globais”, o que não parece facilmente empirizável, já que na lista dessas felizes cidades (a maioria coincide com ambientes metropolitanos) não encontramos referências aos arranjos políticos e nem mesmo pistas sobre a coesão entre os atores regionais, o que torna muito abstrata a avaliação da capacidade de resposta aos desafios regionais e globais. Na verdade, há uma dificuldade em visualizar tanto os desafios quanto os atores. Nesse sentido, salvo o aspecto político-ideológico, a mesma crítica feita a Ohmae (1996), sobre a naturalização e protagonismo da “região-ator”, também cabe a Scott et al. (2001).⁷

Tanto na análise da literatura quanto no debate sobre as políticas governamentais, os argumentos sobre a existência das “cidades-regiões” parecem basear-se em dois pontos principais: 1) a abertura ao mercado global tornou mais frágeis as estruturas locais e regionais, o que, em alguns casos, coincide com mudanças na base produtiva, com impacto direto na oferta de emprego; 2) de posse desse diagnóstico e baseado na idéia de reestruturação, caberá aos atores locais-regionais (o regional é uma forma de dizer que os problemas da reestruturação atingem mais que uma cidade) reunir forças para superar os problemas. Não se trata

apenas de uma perspectiva de análise, mas também de uma estratégia de ação, o que pode ser verificada tanto no ABC Paulista (Klink, 2001) quanto no Porto Cidade Região (Silva, 2005). Vejamos um exemplo do segundo caso:

Numa conjuntura em que a região Norte tem sentido os efeitos de uma inadequação de sua estrutura produtiva – constituída predominantemente por indústrias manufactureiras pouco evoluídas em termos tecnológicos – aos desafios da nova sociedade globalizada da informação e do conhecimento, inserida num País de práticas extremamente centralizadoras que agravam esta situação quando são procuradas estratégias de continuar a canalizar – indevidamente, pois ao seu acesso não tem direito – fundos comunitários para a Região que mais proximamente alberga os detentores do poder, será com recurso aos seus próprios meios que o espaço territorial Porto/Cidade/Região terá de encontrar forma de se tornar competitivo numa Europa Comunitária cada vez mais exigente para, ela própria, se revelar competitivo na Europa Comunitária. (Barbosa, 2005, p. 3)

O fato é que, em muitos casos, existe um distanciamento entre a análise acadêmica e a efetiva existência de processos políticos (coesão dos atores regionais) nas escalas regionais resultantes da reestruturação da base produtiva regional, o que provoca o esvaziamento do conceito. Não são poucos os trabalhos que trazem em seu título a denominação “cidade-região”, sem ao menos explicar teórica e empiricamente o sentido dessa utilização. “Cidade-região”,

“cidade-região-global”, “cidade-global” etc., transformaram-se, em muitos casos, em epítetos de um discurso acadêmico sedento por novidade.

Em resumo, a contribuição do conceito de “cidade-região” não está restrita ao reconhecimento dos processos socioeconômicos e espaciais que integram as cidades aos seus contextos regionais. Essa perspectiva não é nova, e o retorno a Gedds (1994) ou mesmo a Perroux (1975); é suficiente para colocar reticência na originalidade desse novo conceito. A questão colocada é eminentemente política, o que depende, fundamentalmente, de considerar a tradição das políticas territoriais e até mesmo a questão federativa dos diversos países e não apenas o contexto de inserção na globalização. Na tradição político administrativa brasileira, a região sempre foi mais uma escala de intervenção do que de administração. Assim, as regiões responderam muito mais à centralização do que à descentralização, contrário do que ocorreu, por exemplo, na França. Criamos um problema interessante para o caso brasileiro. Há um déficit entre os processos sociais que insistem em mostrar a integração regional e o processo político, que insiste em fragmentar, devido a nossa geometria do poder, o espaço integrado. O resultado disso é que, exceção feita para raros casos, não somos capazes de estimular um pensar regional para além do reconhecimento da polarização.⁸

Um esforço de síntese

Quando observamos a origem o termo região (*regere*), percebemos que a reflexão que o funda, como já anotou Gomes

(1995), é essencialmente política. De modo resumido, podemos dizer que o conceito de “cidade-região” apresenta como mérito a lembrança que devemos fomentar a discussão política em espaços integrados por uma rede urbana densa e marcados por desafios institucionais comuns. Trata-se de reconhecer que é possível ampliar o debate político na perspectiva da ação regional. O hifem, nesse caso, representa mais que um sinal gráfico ou mesmo a união de dois substantivos. Os pontos abaixo resumem nossas argumentações:

- É necessário atenção com os paralelismos, o que significa admitir que a natureza e operacionalidade dos conceitos é diferente, seja para o Brasil, para Europa ou mesmo para Ásia.

- É necessário considerar a estrutura territorial e administrativa de cada território. Na França, por exemplo, a área média das comunas, no ano de 1991, de acordo com Costa (2002), foi de 15,8 km², e do Reino Unido, 505,4 km², nada comparável à média brasileira, que foi, em 2000, 1.546,19 km² (IBGE, 2000b). Além disso, existem sistemas político-administrativos diferentes, com modelos mais centralizados que outros, o que pode influenciar as possibilidades de coesão regional.

- É necessário reconhecer que o processo de reestruturação produtiva, adjetivado de flexível, não está generalizado em todos os cantos do planeta. Não podemos esquecer que o discurso sobre a flexibilidade e a decadência do Estado-Nação tem data e local de nascimento e que, abaixo do Equador, onde nunca houve pecado, há muitos lugares-regiões-países que sequer desfrutaram das “benesses” do Estado do Bem-Estar-Social,

a exemplo de extensos espaços da África, Ásia e América Latina.

- É preciso ter cuidado para não fomentar novas hierarquias construídas sobre o solo fértil das velhas hierarquias. Se, antes, a hierarquia se dava pelo tamanho da população, pelo peso do setor industrial e de serviços, agora ela se justifica pela inserção global, tendo como atributos a criatividade, o conhecimento e a inovação, territorializados, evidentemente, em poucas regiões do planeta.

- É preciso qualificar os atores, explicitando seus interesses na “arena regional” (Arrais, 2007) de modo a desvendar o significado de sua ação, pois disso depende a percepção do que foi, do que é e do que será uma determinada região. Estimular o pensar regional, uma consciência sobre os problemas de uma região pode significar, também, forjar uma falsa consciência sobre seu destino.

Uma teoria pode ser avaliada a partir do seu potencial explicativo, o que significa que devemos considerar seu potencial de universalização. A adesão aos “novos” conceitos, a exemplo da “cidade-região”, não pode ser movida apenas pela intuição, sob o risco de esvair o debate acadêmico e comprometer a análise das ações dos atores regionais. É por isso que insistimos na ação, pois acreditamos que, a partir de sua análise, poderemos desvendar o papel dos atores regionais. A história da integração regional, em diferentes formações regionais, desde a evolução dos transportes, das comunicações e da internacionalização da economia, demonstra quanto certas cidades polarizaram seus espaços regionais, funcionando como pólos regionais. Hoje em dia, em função da

exarcebada integração, o reconhecimento desse processo não é mais novidade. Assim é preciso avançar. Mas avançar certos de que não podemos fundar outras hierarquias; afinal, não é justo substituir, com tanta naturalidade, a narrativa da polarização na

qual a cidade aparecia como protagonista, pela narrativa da região-ator, produto da globalização, do empreendedorismo, da aprendizagem. Enfim, é preciso indagar até que ponto as idéias não continuam *fora do lugar*, para lembrar Schwarz (2001).

Tadeu Alencar Arrais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (Goiás, Brasil).

tadeuarrais@ibest.com.br

Notas

- (1) Para uma discussão aprofundada sobre o espaço intra-urbano, consultar Villaça (1998).
- (2) A oferta de emprego em uma determinada região também interfere na dinâmica do mercado imobiliário, seja por meio da valorização do mercado de locação, especialmente nas áreas onde existe concentração de serviços, seja por meio da oferta de novas áreas residenciais. A proximidade de certas regiões de Goiânia, por exemplo, pode determinar o valor de comercialização dos lotes, especialmente quando estes atendem à demanda solvável da capital.
- (3) A definição de ator de Markusen (2005, p. 58) parece bem útil: “Defino atores como instituições que funcionam como agentes decisórios, empreendedores que decidem estabelecer ou criar firmas em determinados locais e trabalhadores que tomam a decisão de migrar. (...) Outros atores são, também, importantes – entidades de caráter não lucrativo, cooperativas, grupos comunitários, associações profissionais, organizações religiosas, indivíduos e, acima de tudo, o Estado”.
- (4) A determinação de políticas para correção, na escala nacional, dos “desníveis regionais”, foi acompanhada do aprimoramento das teorias regionais. Sobre esse assunto, consultar Andrade (1987).
- (5) O interesse pelo estudo das cidades médias, em diferentes perspectivas metodológicas, aumentou bastante nos últimos anos. Um bom exemplo do potencial desses estudos é encontrado em Spósito, Spósito e Sobarzo (2006).
- (6) A chamada Terceira Itália, localizada no nordeste e norte daquele país, é tida como uma das regiões mais prósperas da Itália. O que chama a atenção dos estudiosos é o fato de essa região, considerada deprimida até o segundo quartel do século XX, ter conseguido alavancar-se via modernização dos setores tradicionais como vestuário (confecções), móveis, calçados, curtumes, tecidos, entre outros, organizados por pequenas e médias empresas familiares, com estrutura flexível e cooperação setorial, via, por exemplo, consórcios para pesquisa e qualificação de mão-de-obra.

- (7) Na verdade, os referidos autores relacionam esse processo a um novo regionalismo, algo que, considerando as características do regionalismo, especialmente em relação ao Estado nacional, também não encontra evidências facilmente empiricizáveis. “A partir da década de 1970, no entanto, um novo regionalismo começou a emergir e se sobrepôr firmemente a este regionalismo devolutivo mais antigo. O novo regionalismo não é tanto um efeito de iniciativas emanadas do governo central, mas uma resposta direta a tensões e pressões movidos pela emergência da cidade-região como ator importante na economia mundial”. Ver Scott et all (2001, p. 18).
- (8) Algumas políticas regionais contemporâneas partem da idéia de que é necessário construir coesões para lidar com os mais variados problemas. Uma boa reflexão sobre essas políticas em diferentes regiões brasileiras é encontrada em Cruz (2005) e Araújo (2000).

Referências

- AGNEW, J. (2000). From the political economy of regions to regional political economy. *Progress. Human Geography*, v. 24, n. 1, pp. 101-110.
- AMORIN FILHO, O. B. e RIGOTTI, J. I. R. (2002). Os limiães demográficos na caracterização das cidades médias. XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*. Minas Gerais, Ouro Preto.
- AMORIN FILHO, O. B. (2005). “Um modelo de zoneamento morfológico-funcional do espaço intra-urbano das cidades médias de Minas Gerais”. In: AMORIN FILHO, O. B. e SENA FILHO, N. de S. *A morfologia das cidades médias*. Goiânia, Vieira.
- ANDRADE, M. C. de. (1987). *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo, Atlas.
- ARAÚJO, T. B. de. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- ARRAIS, T. A. (2007). *A região como arena política*. Goiânia, E. V. Editora.
- BARBOSA, J. N. (2005). Porto Cidade Região. Editorial. *Boletim Universidade do Porto*. Porto, n. 38. Ano XII, outubro.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. (1994). “O novo debate regional”. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (org.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Lisboa: Celta, Oeiras.
- COSTA, E. M. da. (2002). Cidades médias: contributos para sua definição. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, XXXVII, n. 74, pp. 101-128.
- CRUZ, J. L. V. da. (org.). (2005). *Brasil, o desafio da diversidade*. Rio de Janeiro, Editora Senac.
- FRIEDMANN, J. (1997). Futuro de la ciudad global. El rol de las políticas urbanas y regionales en la región Ásia-Pacífico. *EURE*. Santiago, v. 23, n. 70.
- GEDDS, P. (1994). *Cidades em evolução*. São Paulo, Papirus.

- GOMES, P. C. da C. (1995). "O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L. e GOMES, P. C. da C. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HARVEY, D. (1996). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- IBGE (2000). *Regiões de influência das cidades – 1993*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (2000b). *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.
- _____ (2007). *Contagem da população 2007*. Rio de Janeiro, IBGE.
- KAYSER, B. (1980). "A região como objeto de estudo da geografia". In: *A geografia ativa*. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel.
- KLINK, J. J. (2001). *A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- MARKUSEN, A. (2005). "Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator". In: DINIZ, C. C. e LEMOS, M. B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- OHMAE, K. (1996). *O fim do Estado-nação*. Rio de Janeiro, Campus.
- PERROUX, F. (1975). "O conceito de pólo de crescimento". In: FAISSOL, S. (org.). *Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.
- REVEL, J. (org.). (1998). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- SANTOS, M. (1982). *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (1996). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- SCHWARZ, R. (2001). *Cultura e política*. São Paulo, Paz e Terra.
- SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E. e STORPER, M. (2001). Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 41.
- SILVA, R. M. (2005). Competitividade das cidades e regiões. *Boletim da Universidade do Porto*. Porto, n. 38.
- SPOSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B. e SOBARZO, O. (org.). (2006). *Cidades médias – produção do espaço urbano e regional*. São Paulo, Expressão Popular.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute.

Recebido em maio/2008

Aprovado em ago/2008